

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

LARISSA ALVES DOS SANTOS FARIAS

**ESTUDO SOBRE A EFETIVAÇÃO DO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO NA
ESCOLA ESTADUAL ALBERTO TORRES DE NATAL/RN DURANTE O ANO DE
2011**

NATAL/RN
2012

LARISSA ALVES DOS SANTOS FARIAS

**ESTUDO SOBRE A EFETIVAÇÃO DO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO NA
ESCOLA ESTADUAL ALBERTO TORRES DE NATAL/RN DURANTE O ANO DE
2011**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Coordenação do Curso de Graduação em
Gestão de Políticas Públicas da Universidade
Federal do Rio Grande do Norte, em
cumprimento às exigências legais como
requisito parcial à obtenção do título de
Bacharel em Gestão de Políticas Públicas.

Orientador: Prof. Msc. Anderson Cristopher
dos Santos

NATAL/RN
2012

LARISSA ALVES DOS SANTOS FARIAS

**ESTUDO SOBRE A EFETIVAÇÃO DO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO NA
ESCOLA ESTADUAL ALBERTO TORRES DE NATAL/RN DURANTE O ANO DE
2011**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Graduação em Gestão de Políticas Públicas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, em cumprimento às exigências legais como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Gestão de Políticas Públicas.

Aprovado em: ___/___/___.

BANCA EXAMINADORA

Prof^o. Msc. Anderson Christopher dos Santos. - Orientador
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof^a. Doutora Sandra Cristina Gomes
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Examinadora Interna

AGRADECIMENTOS

Agradeço,

Primeiramente a Deus em quem deposito minha fé.

Aos meus familiares, Luzia Alves (mãe), José Crisau do Farias (pai), Alexandre Alves (irmão), Alisson José Alves (irmão), Maria Luana Alves (irmã), por estarem sempre me apoiando nos caminhos percorridos em decorrer de minha vida.

Aos professores e gestores da Escola Estadual Alberto Torres, fonte desta pesquisa.

Ao meu orientador Anderson Christopher pela competência e dedicação para orientar na formulação deste trabalho.

Aos professores que formam o Departamento de Políticas Públicas da UFRN, pelos conhecimentos compartilhados.

Aos meus amigos e companheiros de curso: Anderson Michell, Andréia Karoliny, Andrey Araújo, Agnes Mabel, Dyana Sena, Marcio Barreto, Nathalia Teixeira.

LISTA DE SIGLAS

PME – Programa Mais Educação

IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

Inep – Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

SAEB – Sistema de Avaliação da Educação Básica

CIEPs – Centros Integrados de Educação Pública

SECAD – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade

MEC – Ministério da Educação

SEB – Secretaria de Educação Básica

PDDE – Programa Dinheiro Diretos na Escola

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação

SIMEC – Sistema Integrado de Planejamento, Orçamento e Finanças do Ministério da Educação

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

TABELAS

Tabela 1 - IDEB dos anos iniciais e finais do ensino fundamental da Escola Estadual Alberto Torres, em 2005 e em 2007.	19
Tabela 2 - IDEB de 2005, 2007 e 2011, dos anos iniciais e finais do ensino fundamental, da Escola Estadual Alberto Torres.	32

GRÁFICOS

Gráfico 1 – IDEB de 2007.....	20
Gráfico 2 – Taxa de Aprovação de 2007.....	20
Gráfico 3 – Taxa de Reprovação de 2007.	21
Gráfico 4 – Taxa de Abandono Escolar de 2007.....	22

QUADRO

Quadro 1- Relação das Oficinas do Programa Mais Educação em 2011	28
--	----

RESUMO

Este trabalho tem o propósito de investigar a efetividade do Programa Mais Educação (PME), na Escola Estadual Alberto Torres de Ensino Fundamental, localizada no município de Natal/RN, no período de 2011. Objetiva-se contribuir com o estado do Rio Grande do Norte e com o Governo Federal, ao produzir uma análise da implementação dessa política pública, que tem como proposta promover a qualidade de ensino, através da adesão à Educação Integral. Para tanto, o trabalho inicia realizando uma retrospectiva do contexto histórico em que o Programa Mais Educação se desenvolveu, por meio de uma análise documental em documentos oficiais do PME e de estudos acadêmicos que tratam sobre o assunto em questão. Depois foca-se no recorte da pesquisa, traçando o perfil da Escola Estadual Alberto Torres e como ela se enquadra no PME, a partir do levantamento de indicadores escolares divulgados pelo Governo Federal. Para complementar a pesquisa foram aplicadas entrevistas com os gestores, professores e monitores da escola. Isto permitiu concluir que o PME não foi efetivo no desenvolvimento de suas atividades na Escola Estadual Alberto Torres, no ano de 2011, por não promover melhorias substanciais no rendimento escolar dos alunos, devido a dois problemas estruturais básicos: Infraestrutura Escolar e Coordenação Pedagógica, que podem se resumir como sendo problemas de Gestão Escolar.

Palavra-chave: Programa Mais Educação. Educação Integral. Política Pública. Gestão Escolar. Qualidade de Ensino.

ABSTRACT

The purpose of this work is to investigate the effectiveness of PME (Programa Mais Educação - More Education Program), at Alberto Torres elementary state school, located at the city of Natal/RN, during the year 2011. The goal is to contribute to the state of Rio Grande do Norte and the federal government, producing an implementation analysis of this public policy, who has the promote proposal the education quality, through the Integral Education. Thereat, the work starts with a context retrospective at the development history of the PME, by the means of documentary analysis in official documents of PME and academic studies about this topic. Thereafter, focuses on trimming the research, tracing the profile of Alberto Torres state school and how does it fit at PME, starting with school indicators released by the federal government. To fulfill the research, interviews were held, with managers, teachers and school monitors. This allowed the conclusion of the non-effectiveness of PME in developing Alberto Torres state school, in 2011, not promoting substantial improvement at students' performance, due to two basic structural problems: School infrastructure and pedagogical coordination, that summarizes as school management problems.

Keywords: Programa Mais Educação. Integral Education. Public policy. School management. Education quality.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO: CONTEXTO HISTÓRICO	12
3	ESCOLA ESTADUAL ALBERTO TORRES: ENQUADRAMENTO NO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO.....	18
4	RESULTADOS DA PESQUISA	25
	4.1. Infraestrutura escolar	25
	4.2. Coordenação Pedagógica	29
5	CONCLUSÃO	34
6	REFERÊNCIAS	37

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo investigar a efetividade do Programa de Educação Integral Mais Educação, na Escola Estadual Alberto Torres de Ensino Fundamental, localizada na cidade de Natal/RN, no período de 2011. A pesquisa em questão se faz necessária por trazer em suas perspectivas, possibilidades de contribuir com os governos estadual e federal, ao fazer uma análise situada da forma como essa política pública foi implementada na referida unidade de ensino, que tem como clientela crianças e jovens expostos a situação de vulnerabilidade social. Esta escola tem apresentado nos últimos anos índices educacionais abaixo da média municipal, estadual, regional e federal. Espera-se que esta análise permita corrigir possíveis falhas encontradas que prejudicariam o alcance das propostas do Programa Mais Educação (PME), o qual procura promover a melhoria da qualidade de ensino dos alunos das escolas públicas brasileiras, através da oferta de atividades socioeducativas no contraturno escolar.

Em virtude do curto período de pesquisa, o estudo concentra sua investigação no recorte temporário do ano de 2011, época em que se divulgou o último IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) nacional. Sendo esse um indicador educacional que ganha relevância ao ser considerado como critério de seleção para se aderir ao PME, tendo como prioridade as escolas públicas que apresentam o IDEB abaixo da média.

Para alcançar o objetivo deste trabalho foi necessário traçar uma estratégia de pesquisa, a qual se inicia com a realização de uma análise documental, através da coleta de documentos oficiais do Programa Mais Educação, divulgados pelo Ministério da Educação em 2009 (Educação Integral – Texto de Referência Para o Debate Nacional; Programa Mais Educação – Gestão Intersetorial no Território; Rede de Saberes Mais Educação – Pressupostos para Projetos Pedagógicos de Educação Integral (BRASIL, MEC, 2009)) e da consulta em trabalhos acadêmicos que tratam sobre o PME - Godoy (2012); Kersteneetzky (2006); Pinheiro (2009); Saboya (2012). Por meio desta análise foi possível compreender melhor o currículo proposto pelo PME, bem como o contexto histórico no qual o programa foi inserido.

Após isso, voltou-se ao recorte da pesquisa, realizando um diagnóstico da situação que levou a Escola Estadual Alberto Torres a aderir ao PME, esquematizando o perfil da escola, através de levantamento de dados secundários oficiais divulgados por órgãos reconhecidos nacionalmente, como o Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e o Censo Escolar, no ano de 2007, período anterior à inserção da escola ao programa.

A partir deste ponto, apresentou-se a necessidade de efetuar entrevistas, para coletar dados primários pertinentes que pudessem esclarecer como o Programa Mais Educação foi implementado na Escola Estadual Alberto Torres, no ano de 2011. Foram aplicadas dois tipos de entrevistas: uma semiestruturada, com a direção da escola, que tratou dos aspectos gerenciais da escola em relação ao programa; e outra estruturada, aplicada aos 8 representantes da unidade escolar, sendo 3 professores do quadro da escola e 5 monitores do PME, que expressaram sua percepção acerca da existência das condições básicas, para o desenvolvimento efetivo do programa.

Os resultados encontrados na pesquisa apontam que o Programa Mais Educação não atingiu de maneira efetiva seus objetivos, na Escola Estadual Alberto Torres, no ano de 2011, por não promover uma melhoria significativa no rendimento escolar dos seus alunos. Essa situação deve-se a um conjunto de problemas estruturais básicos que serão discutidos no decorrer deste trabalho.

Em sua composição, o presente trabalho contará, além dessa introdução, com mais 4 capítulos. O primeiro tratará de relatar o contexto histórico no qual o Programa Mais Educação se desenvolveu e o que ele propõe. Logo em seguida, será traçado o perfil da Escola Estadual Alberto Torres e a forma como ela se enquadra no PME. Após esse ponto, serão discutidos os resultados levantados pela pesquisa, analisando os mais pertinentes. Ao final, serão abordadas as conclusões levantadas pela pesquisa.

2 PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO: CONTEXTO HISTÓRICO

A educação é reconhecida atual e globalmente como fator primordial para promoção do desenvolvimento de um país, gerando conhecimentos que proporcionam o enriquecimento e a melhoria da qualidade de vida da população de uma determinada nação. De acordo com Galbraith (1962, p. 17): “no último século, nada desempenhou papel mais proeminente entre os requisitos para o progresso econômico e social do que a educação pública e a cultura popular [...]”.

No Brasil, esse conceito também é recorrente, refletindo-se no aumento considerável de investimentos em políticas públicas voltadas a esse setor, principalmente por meio da aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) em 1996, com a esperança de diminuir os índices de desigualdade social e combater a pobreza.

Entretanto, essa evolução ainda não é suficiente para causar uma melhoria significativa nos índices educacionais, para que esses possam atingir as metas estipuladas pelo governo brasileiro.

Isso pode ser comprovado ao analisar os dados coletados por órgãos reconhecidos nacionalmente, como o Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Censo Escolar, pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

Com base nos dados do IDEB de 2006, em uma escala de 0 a 10, é possível verificar uma variação dos índices de sistemas de ensino de 1,8 a 6,0 e dos índices das escolas de 0,7 a 8,5. O que comprova uma disparidade que eleva cada vez mais a diferença nas condições de acesso, aprendizagem e permanência dos alunos no sistema escolar.

De acordo com o INEP (2003), 16% dos alunos abandonaram a escola antes de completar oito anos de estudo. Nas regiões mais pobres, como Norte e Nordeste, somente 40% das crianças concluíram o Ensino Fundamental. Segundo análise do IPEA no relatório “Brasil: o estado de uma nação” (2006), a quantidade de concluintes do Ensino Médio, em 2003, não passou de 30.4% da que ingressou na 1ª série do fundamental no mesmo ano. A simulação feita pelo IPEA com os números de 2003 indica que, do total de

ingressantes na 1ª série do Ensino Fundamental, 38% não concluem a 4ª série e 54% não concluem a 8ª série (BRASIL, 2009b, p.13).

Observando atentamente os dados do Censo Escolar de 2006, é possível evidenciar as amplas distinções existentes entre as escolas brasileiras no que rege a situação de pobreza; adequação e qualidade do atendimento; vulnerabilidade; risco social; e dificuldade de permanência na escola. Essas disparidades levam, conseqüentemente, ao baixo rendimento escolar dos alunos, distorções entre idade e série, altos índices de reprovação e abandono escolar. Apesar disso, o país tem apresentado uma expansão do número de vagas nas escolas públicas, isso não veio acompanhado das condições que são consideradas necessárias para gerar a garantia de uma educação de qualidade.

A partir do contexto apresentado, a proposta de implementação da Educação Integral nas escolas públicas brasileiras entra em pauta como forma de reverter o quadro existente e garantir aos jovens uma educação de qualidade, articulando procedimentos escolares a outras políticas públicas sociais, que envolvem diferentes profissionais e aparelhamentos públicos, unindo conteúdo escolar a outros espaços de aprendizagem.

As práticas de Educação Integral tiveram início no Brasil na primeira metade do século XX, por meio de educadores como Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro. A primeira experiência ocorreu em 1950, por iniciativa de Teixeira, que desenvolveu o Centro Educacional Carneiro Ribeiro em Salvador, na Bahia, denominada de Escola-Parque, a qual promovia atividades extraclasse. Na década seguinte outra Escola Parque foi implementada em Brasília.

Motivado pela Escola-Parque, o antropólogo Darcy Ribeiro, secretário de educação do Rio de Janeiro em 1980, fundou os Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs) no município, considerados implantações polêmicas de Educação Integral, devido às fragilidades encontradas e seus feitos inovadores.

Inspirado nessas experiências, o Governo Federal instituiu, o Programa Mais Educação através da Portaria Normativa Interministerial nº 17, de 24 de abril de 2007, no âmbito do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), que propõe o aumento do tempo

de permanência dos alunos nas escolas com intuito de melhorar a aprendizagem dos estudantes das escolas públicas brasileiras, por meio de atividades socioeducativas no contraturno escolar.

Essas atividades são agrupadas em 10 macrocampos de atuação: acompanhamento pedagógico, meio ambiente, esporte e lazer, direitos humanos, cultura e artes, cultura digital, prevenção e promoção da saúde, educomunicação, educação científica e educação econômica. Os macrocampos serão selecionadas pelas escolas dependendo das necessidades encontradas.

O Programa Mais Educação (PME) é coordenado pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação (SECAD/MEC), que realiza parcerias com a Secretaria de Educação Básica (SEB/MEC) e com as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação. Seu orçamento e financiamento são realizados pelo Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

No campo intersetorial, o programa destaca-se pela configuração interministerial, que envolve cerca de sete ministérios: Ministérios da Educação, da Cultura, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, do Esporte, da Ciência e Tecnologia, do Meio-Ambiente, da Secretaria Nacional da Juventude da Presidência da República, pois com vista a alcançar uma educação de qualidade, se faz necessário o envolvimento de vários campos de atuação de políticas públicas.

No que concerne à legislação, o PME tem como fundamento legal para suas ações a Constituição Federal de 1988, nos artigos 205, 206 e 227; a Lei n.º9089/1990 do Estatuto da Criança e do Adolescente; a Lei n.º 9394/1996 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nos artigos 34 e 87; a Lei n.º 10.179/2001 do Plano Nacional de Educação; a Lei n.º 11.494/2007 do Fundo Nacional de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério; o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE); e o Decreto 7.083, de 27 de janeiro de 2010.

As atividades do programa se iniciaram nas escolas de ensino fundamental, em 2008. Devido à falta de condições do Governo de atender cerca de 5.000 municípios brasileiros, foi demarcado inicialmente o atendimento às escolas públicas, estaduais ou municipais que

apresentavam baixo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), localizadas em capitais e regiões metropolitanas brasileiras que possuíam mais de 200 mil habitantes e que apresentavam índices elevados de vulnerabilidade social.

A demarcação e seleção das escolas que possuíam o perfil adequado para inserção do programa foi realizada pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Após serem indicadas, coube a elas a escolha de aderir ou não ao programa, sendo necessário apenas assumirem, por parte de suas secretárias de educação ou prefeitura, o “Compromisso de Todos pela Educação”, o qual trabalha com o anseio de garantir as condições necessárias para melhoria de acesso, alfabetização e gestão dos recursos públicos para setor da educação do país, e se apresentarem de forma regular para com o Programa Dinheiro Direto na Escola, responsável pela transferência de recursos do programa.

Em seu primeiro ano de atividade, o PME esteve presente nos 27 estados da federação, em 1.380 escolas de Ensino Fundamental de 55 cidades, atendendo por volta de 386 mil estudantes, com um investimento de R\$ 45 milhões. No ano seguinte, em 2009, houve uma pequena mudança nos critérios de adesão ao programa, ao ser disponibilizado também às escolas de ensino médio que se localizavam em regiões metropolitanas ou nos arredores de capitais, com população acima de 100 mil habitantes e que apresentavam o IDEB baixo em relação à média do município ou se localizavam em zonas de vulnerabilidade social. Além disso, era permitida também a participação de escolas estaduais e municipais, que se localizavam em municípios que possuíam mais de 50 mil habitantes situados em estados de pouca densidade demográfica.

Todo esse processo possibilitou uma maior flexibilidade nos critérios de seleção e ampliação no número de acessos, ao chegar a 5 mil escolas de Ensino Fundamental e 159 de Ensino Médio de 126 municípios de todos os estados do país, beneficiando cerca de 1,5 milhão de alunos, cadastrados pelo formulário eletrônico do Sistema Integrado de Planejamento, Orçamento e Finanças do Ministério da Educação (SIMEC), investindo R\$ 130 milhões.

Em 2010, os critérios de seleção ao PME continuaram sofrendo pequenas alterações, priorizando as escolas que foram contempladas com PDDE/Integral em 2008 e 2009; que se

situavam em municípios das capitais, nas nove regiões metropolitanas estipuladas pelo programa (Porto Alegre/RS, Belo Horizonte/MG, Rio de Janeiro/RJ, São Paulo/SP, Salvador/BA, Recife/PE, Fortaleza/CE, Belém/PA e Curitiba/PR) ou municípios com mais de 90 mil habitantes; que apresentavam baixo IDEB; ou que se localizavam em zonas de vulnerabilidade social ou ainda em cidades que possuíam mais de 163 mil habitantes, pertencentes ao Grupo de Trabalho das Grandes Cidades/SEB/MEC.

De acordo com o Ministério da Educação (MEC), o programa, em 2010, chegou a 10 mil escolas de todo país, em 400 municípios, dos 27 estados e Distrito Federal, chegando a beneficiar, aproximadamente, 3 milhões de estudantes.

No ano seguinte, o programa atendeu a novos critérios de seleção, ao estabelecer como prioridade as escolas que já haveriam sido beneficiadas nos anos de 2008, 2009 e 2010 ou que já faziam parte do PDE/Escola (Plano de Desenvolvimento das Escolas), localizadas em municípios que tinham uma população igual ou superior a 18.844 habitantes. Também foram levadas em conta as escolas estaduais ou municipais que foram contempladas com o PDE/Escola no ano de 2007 e 2009, as quais apresentaram o IDEB abaixo ou igual a 4,2 nas séries iniciais e/ou 3,8 nas séries finais. Isso possibilitou o acesso de 14.995 escolas ao PME, que beneficiando cerca de 3.067.644 estudantes de escolas públicas brasileiras.

Esses dados comprovam a ampliação que o Programa Mais Educação vem mostrando ao longo tempo, o que se traduz no anseio que o Governo Federal possui para a construção de uma política nacional de Educação Integral no país.

A Educação Integral, que se aplica no PME, é apontada por vários estudos como fator de melhoria da aprendizagem e qualidade de ensino dos alunos de escolas públicas, devido à ampliação do tempo escolar, uma vez que o tempo regular não é considerado suficiente para atingir esses objetivos.

Intuitivamente, quanto mais tempo a criança permanecer na escola, mais longa será a sua exposição a conteúdos didáticos que aprofundam sua formação, possivelmente praticará mais exercícios de fixação dessa formação e eventualmente receberá maior reforço do aprendizado. (KERSTENEETZKY, 2006, p.21).

Entretanto, ainda são poucas as análises feitas acerca dos resultados levantados após a adesão do programa nas escolas públicas de todo o país, portanto, não é possível ter uma noção concreta dos impactos provocados pelo PME que possam gerar implicações positivas na qualidade de ensino durante o período de sua implementação.

A importância de se analisar uma política pública no período de sua execução é apresentada nos estudos de Maria das Graças Rua (1997), ao declarar que o processo de implementação:

[...] compreendida como o conjunto de ações realizadas por grupos ou indivíduos de natureza pública ou privada, as quais são direcionadas para a consecução de objetivos estabelecidos mediante decisões anteriores quanto a políticas. Em outras palavras, trata-se das ações para fazer uma política sair do papel e funcionar efetivamente. Este processo precisa ser acompanhado, entre outras coisas, para que seja possível identificar porque muitas coisas dão certo enquanto muitas outras dão errado entre o momento em que uma política é formulada e o seu resultado concreto. (RUA, 1997, p.13).

Diante disso, o presente trabalho realizou uma investigação da efetividade do Programa Mais Educação, no ano de 2011, na Escola Estadual Alberto Torres, localizada no município de Natal/RN, que se inseriu no programa logo em seu primeiro ano de execução, em 2008.

3 ESCOLA ESTADUAL ALBERTO TORRES: ENQUADRAMENTO NO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO

Para a consecução deste trabalho temos como recorte a Escola Estadual Alberto Torres de Ensino Fundamental, localizada na Praça das Flores, em Petrópolis, um dos bairros nobres da cidade Natal do estado do Rio Grande do Norte. Apesar disso, os alunos que a frequentam são, em sua maioria, provenientes do Bairro Periférico de Mãe Luiza, uma região de alta vulnerabilidade social, considerado historicamente uma área perigosa e violenta.

Atualmente, a escola possui 400 alunos matriculados, 236 no turno matutino e 164 do turno vespertino, distribuídos em 14 turmas do 1º ao 9º ano, sendo 8 turmas no turno matutino e 6 no turno vespertino, contando com 32 professores, 14 funcionários próprios e 5 terceirizados, além de uma equipe pedagógica composta por 5 pessoas: uma diretora, uma vice-diretora, uma tesoureira e duas coordenadoras.

Grande parte dos estudantes que frequentam regularmente a unidade de ensino apresenta uma realidade socioeconômica de baixo padrão, já que a maioria possui renda familiar de um a três salários mínimos. Os pais do corpo discente possuem baixo nível de escolaridade e baixa qualificação profissional, ocupando o mercado informal de trabalho ou subempregos.

Em relação ao nível da qualidade de ensino da Escola Estadual Alberto Torres, percebe-se que os seus índices estão muito abaixo do desejado, principalmente quando se faz um comparativo com os indicadores do município, estado, região e país em que ela está inserida. Isso pode ser observado ao analisar os dados coletados pelo Inep e Censo Escolar no ano de 2007, um ano antes da implementação do Programa Mais Educação na referida unidade de ensino.

Um dos índices mais importantes para realização desta análise é o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), um indicador criado em 2007 para definição das Metas de qualidade estabelecidas pelo Governo, através do Compromisso de Todos Pela Educação. Nele é avaliado o ensino por escola, município ou estado, em uma escala de 0 a 10, levando-se em consideração em seu cálculo o resultado combinado de dois indicadores: a aprendizagem, que avalia o desempenho dos alunos nas avaliações do Inep (Saeb e Prova

Brasil), bem como a taxa de fluxo, que se trata da média da taxa de aprovação dos estudantes da correspondente etapa de ensino. Porém, apesar de não estarem incluídas diretamente no cálculo, as taxas de reprovação e abandono escolar também são levadas em consideração, pois para que o IDEB de uma escola se eleve é necessário, que o aluno aprenda, não repita o ano e frequente a sala de aula regularmente. (FERNANDES, 2007)

Assim como acontece em todas as unidades de ensino no país, a Escola Estadual Alberto Torres também é submetida pelo Ministério da Educação a alcançar metas de desempenho bianuais do seu IDEB, no período de 2007 a 2021, para que se alcance um sistema educacional de qualidade, adequando-se ao valor numérico que os países desenvolvidos apresentam (6,0). Perante isso, a escola deve evoluir conforme seu ponto de partida, que toma como base os indicadores de 2005, levando-se em conta a sua realidade. (FERNANDES, 2007)

Em 2005, a nota inicial da escola no IDEB, nos primeiros anos do ensino fundamental – 1º ao 5º ano – foi 1,6 e nos anos finais - 5º ao 9º ano - foi de 2,3, muito abaixo do valor padrão. Já em 2007, essa nota subiu para 2,4 nos anos iniciais e para 2,6 nos anos finais, ultrapassando as projeções, que indicavam um crescimento de 2,0 para os anos iniciais e de 2,4 para os anos finais, nesse período.

Entretanto, os números são considerados ainda baixos em relação ao valor de referência, principalmente quando se é feito um comparativo com a média municipal, estadual, regional e nacional, sendo necessárias aplicações de esforços para que o valor seja elevado nos anos seguintes. Essas projeções podem ser observada na Tabela 1 e Gráfico 1.

Tabela 1 - IDEB dos anos iniciais e finais do ensino fundamental da Escola Estadual Alberto Torres, em 2005 e em 2007.

Período de Ensino	IDEB - 2005	IDEB - 2007
Ens. Fundamental - anos iniciais	1,6	2,4
Ens. Fundamental - anos finais	2,3	2,6

Fonte: MEC/INEP, 2007.

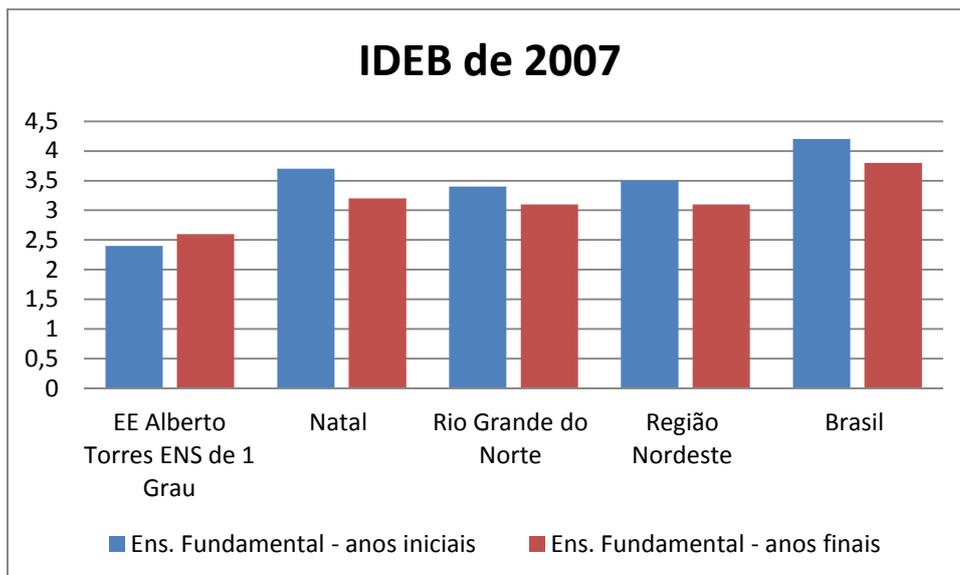


Gráfico 1 – IDEB de 2007

Fonte: MEC/INEP, 2007.

O valor constatado do IDEB da Escola Estadual Alberto Torres do ano de 2007 pode ser melhor compreendido quando é feito um levantamento dos indicadores de rendimento escolar observado nela, nesta ocasião, no que rege as taxas de aprovação, reprovação e abandono escolar. Nos gráficos 2, 3 e 4 é possível visualizar esse diagnóstico ao apresentar as médias dos índices, realizando um comparativo dos números da escola em relação aos contextos nacional, regional, estadual e municipal, nos quais ela se encontra.

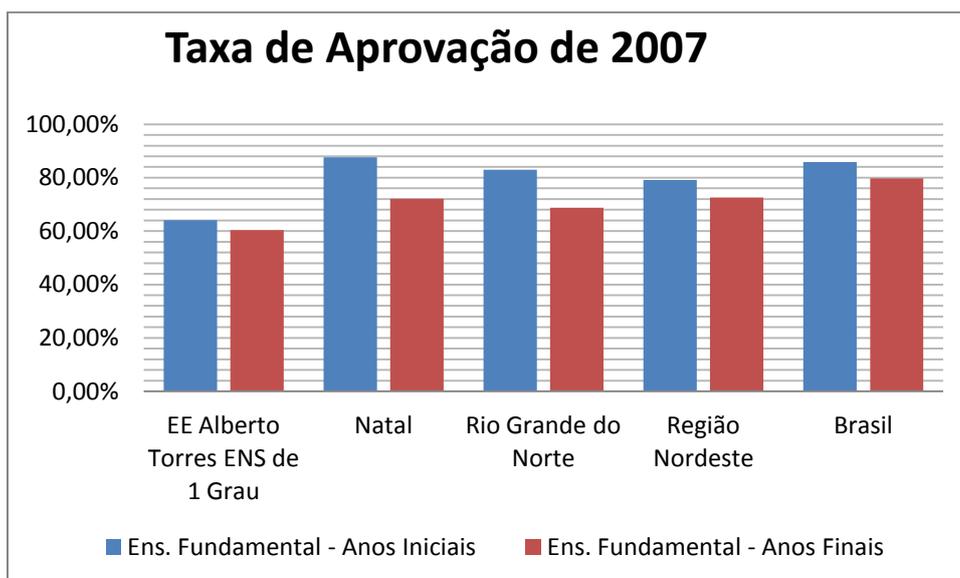


Gráfico 2 – Taxa de Aprovação de 2007

Fonte: MEC/INEP/DTDIE, 2007.

No Gráfico 2, observa-se que a Taxa de Aprovação da Escola Estadual Alberto Torres em 2007, tanto nos anos iniciais quanto nos anos finais do ensino fundamental, está abaixo da média nacional, regional, estadual e municipal. Destacando-se os índices dos anos iniciais, que estão muito aquém da média em relação a todas as unidades da federação apresentadas, manifestando uma diferença de quase 25% em comparação a taxa do município.

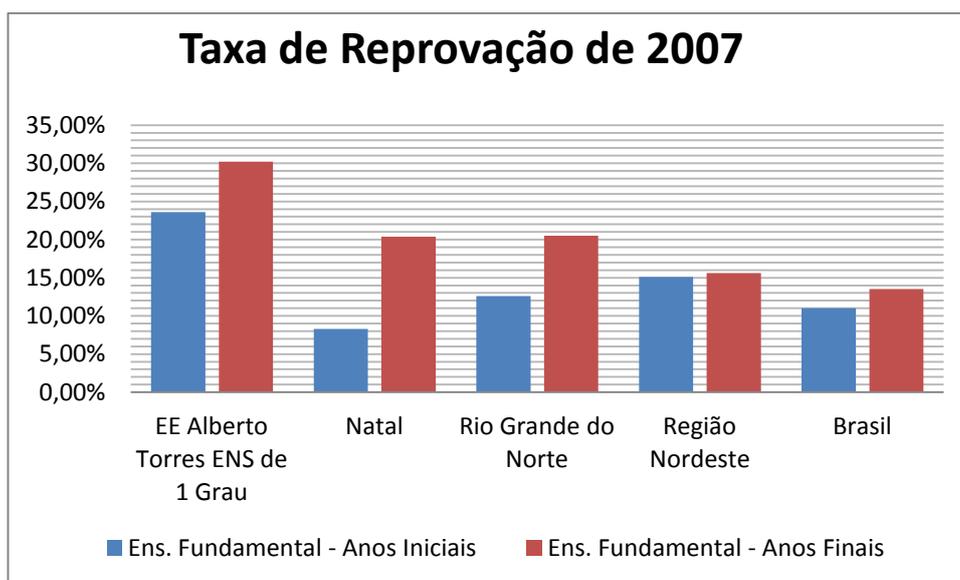


Gráfico 3 – Taxa de Reprovação de 2007

Fonte: MEC/INEP/DTDIE, 2007.

Já no Gráfico 3, percebe-se uma inversão do quadro, pois as Taxas de Reprovação de 2007 da escola avaliada estão acima da média nacional, regional, estadual e municipal. Sobressaindo-se, desta vez, os índices dos anos finais, que manifesta uma alteração de quase 20% em confronto à média nacional.

Essa grande defasagem dos indicadores gera uma grande preocupação, pois se a taxa de aprovação está em baixa e a de reprovação em alta, os alunos não estão assimilando os conteúdos administrados de maneira efetiva, refletindo em um mau desempenho escolar, podendo provocar um desânimo em relação à continuidade dos seus estudos e por fim, o abandono escolar.

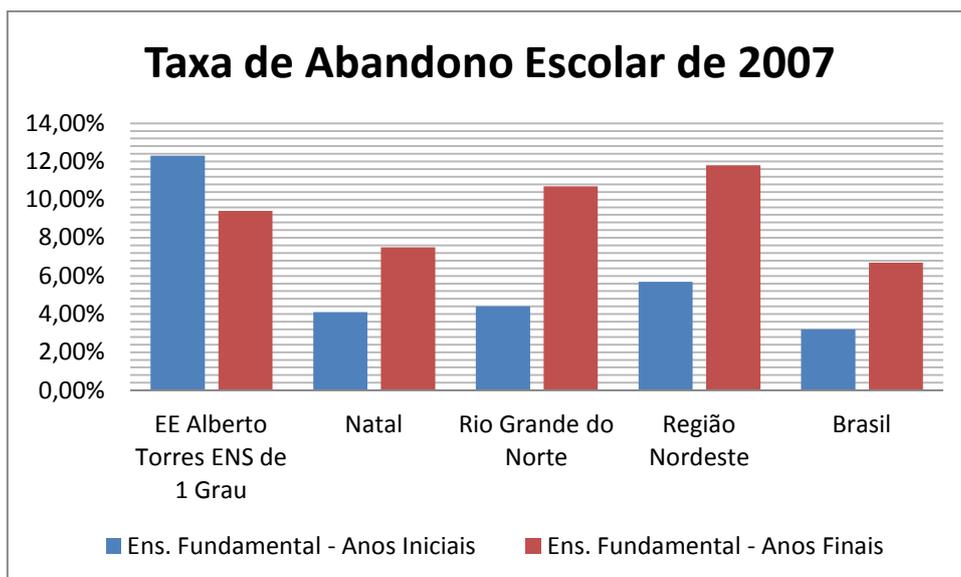


Gráfico 4 – Taxa de Abandono Escolar de 2007

Fonte: MEC/INEP/DTDIE, 2007.

No Gráfico 4, nota-se a consequência gerada pelo resultado dos dois últimos indicadores avaliados: o aumento da taxa de abandono escolar dos estudantes naquele mesmo período. Novamente, os dados são preocupantes, pois as taxas dos dois períodos de ensino verificados estão elevadas, ressaltando-se os índices dos anos iniciais que apresentam uma taxa acima da média em relação a todas as regiões examinadas.

O elevado índice de abandono escolar provoca sérias implicações de ordem escolar, econômica, social e humana de um país, o que permite manter o quadro atual de desigualdade social. Sem qualificação adequada, os jovens não têm condições de competir no mercado de trabalho, gerando desemprego, prejudicando a qualidade de vida da população e o desenvolvimento da nação.

De acordo com Ferreira (2011, p. 02), são várias e as mais diversas as causas da evasão escolar ou infrequência do aluno. No entanto, levando-se em consideração os fatores determinantes da ocorrência do fenômeno, pode-se classificá-las, agrupando-as, da seguinte maneira:

- a) Escola: não atrativa, autoritária, professores despreparados, insuficiente, ausência de motivação etc;
- b) Aluno: desinteressado, indisciplinado, com problema de saúde, gravidez, etc;

- c) Pais/responsáveis: não cumprimento do pátrio poder, desinteresse em relação ao destino dos filhos etc;
- d) Social: trabalho com incompatibilidade de horário para os estudos, agressão entre os alunos, violência em relação a gangues etc.

As formas de intervenção para reverter esse quadro vão depender das causas encontradas, ou seja, do fator determinante para o desenvolvimento do abandono escolar, alterando as ações tomadas, que variam desde a intervenção direta na escola, com apoio das Secretarias de Educação, visando à melhoria do ensino, tornando-o mais atraente ao aluno; a intervenção na família, com o apoio do Conselho Tutelar, quando a causa abrange o aluno e pais/responsáveis e até a atuação da própria família, da escola, do Conselho Tutelar, do Ministério Público e Poder Judiciário, quando se tratar de causas sociais.

Uma das explicações possíveis para entender a presença dos baixos índices de qualidade de ensino da referida escola seria a relação do impacto da pobreza no desempenho escolar, o qual se traduz pelo contexto cultural que as famílias dos estudantes possuem, não oferecendo o acesso a atividades e meios culturais que melhorem a aprendizagem.

Diante do quadro apresentado, pode-se apontar que a Escola Alberto Torres possui o perfil adequado para se enquadrar no Programa Mais Educação, por ser uma escola pública estadual, que possui alunos matriculados no ensino fundamental, localizada em uma região metropolitana com altos índices de vulnerabilidade social e por apresentar o IDEB abaixo da média municipal. Esse perfil a levou a implementar o PME em seu primeiro ano de atividades.

O PME se inseriu na Escola Estadual Alberto Torres em 2008, com a proposta de reverter o atual estado caótico, em que seu processo de ensino se encontrava com o objetivo principal de elevar o seu IDEB ao patamar projetado pelas metas do governo. Desta forma, a qualidade de ensino sofreria melhora significativa e a situação de vulnerabilidade social poderia ser invertida.

Como já foi mencionada, a proposta deste trabalho foi realizar uma investigação da efetividade do Programa Mais Educação na Escola Estadual Alberto Torres, localizada no município de Natal/RN, durante o ano de 2011. Sua escolha como recorte de estudo se deu

principalmente, pela situação dos índices educacionais da escola nos últimos anos, estando sempre abaixo da média nacional, regional, estadual e municipal, situação preocupante que deve ser combatida. Como o período de pesquisa foi curto, a análise se concentrou em verificar os dados levantados no ano de 2011, ocasião na qual foi divulgado o último IDEB nacional.

4 RESULTADOS DA PESQUISA

Para alcançar o objetivo deste trabalho foi necessário realizar entrevistas junto aos atores envolvidos no Programa Mais Educação na Escola Estadual Alberto Torres para coletar dados primários. Foram efetuados dois tipos de entrevistas, uma de caráter estruturada e outra semiestruturada.

Nas entrevistas estruturadas foram elaboradas 12 questões com o intuito de identificar, na percepção dos professores e monitores do PME, a existência das condições básicas para a execução efetiva do programa. Para isso, foram entrevistados 8 representantes da comunidade escolar, sendo 5 monitores do PME e 3 professores que compõem o quadro da escola. Já para compreender os aspectos da gestão do programa na escola estudada, foi efetuada com a direção da escola uma entrevista semiestruturada, constituída de 14 questões.

Após analisar os dados coletados pelas entrevistas, constataram-se dois problemas estruturais básicos que afetaram a eficácia do PME e, conseqüentemente, a sua efetivação na Escola Estadual Alberto Torres, no ano de 2011. Esses dois fatores foram: infraestrutura escolar e coordenação pedagógica, os quais serão analisados nos pontos a seguir.

4.1. Infraestrutura escolar

Em relação à infraestrutura necessária a realização das oficinas do Programa Mais Educação, os documentos oficiais do programa, divulgados pelo MEC, ainda não trazem, de maneira clara e precisa, as regras acerca das definições dos espaços físicos para a prática do programa. Muitas das escolas públicas brasileiras não dispõem de infraestrutura adequada para realização das atividades do seu currículo convencional, principalmente aquelas atendidas pelo PME, as quais apresentam baixos índices educacionais e se encontram em área de vulnerabilidade, o que dificulta ainda mais a implantação do programa que prevê a realização de oficinas que possuam uma natureza bastante diferenciada do currículo padrão, exigindo das escolas espaços específicos e adequados.

Para reverter essa situação, o Governo Brasileiro necessitaria desenvolver uma política de padronização das estruturais físicas e materiais das escolas, a qual proporcionaria a todas as escolas públicas do Brasil uma boa infraestrutura escolar, com a presença de serviços básicos como água, eletricidade e esgotamento sanitário, biblioteca ou sala de leitura e

materiais pedagógicos, para que dessa forma, os estudantes possam desenvolver plenamente suas atividades estudantis, gerando impacto significativo na aprendizagem.

Os problemas de Infraestrutura Escolar provocam uma série de implicações, uma vez que, sem um espaço físico adequado as atividades do programa não podem ser realizadas. Tendo em vista que, ao se propor uma estruturação e organização de um ambiente escolar, deve-se levar em conta o tipo de atividade que será executada em tal ambiente. É neste quadro de deficiência que o Programa Mais Educação declara que:

O espaço físico da escola não é determinante para a oferta de Educação Integral. O reconhecimento de que a escola não tem espaço físico para acolher as crianças, adolescentes e jovens nas atividades de Educação Integral não pode desmobilizar. O mapeamento de espaços, tempos e oportunidades é tarefa que deve ser feita com as famílias, os vizinhos, enfim, com toda a comunidade. (BRASIL, MEC, 2009, P.18).

A Principal estratégia do governo para enfrentar a falta de espaços das escolas públicas brasileiras é através da realização de parcerias junto à comunidade, a qual disponibilizará esses espaços para prática das atividades do PME. Como forma de facilitar o entendimento das escolas acerca desse quesito, a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD/MEC) divulgou em 2009, por meio de um CD, o vídeo “Direito de Aprender”, que apresenta os objetivos do programa, as vantagens e as formas de parcerias com a sociedade civil que o programa prevê.

Através do vídeo, é possível perceber a validade de envolver a sociedade na questão educacional, como forma de promover a melhoria da aprendizagem. Entretanto, na prática, isso não acontece de maneira linear, como podemos observar no que ocorreu na Escola Estadual Alberto Torres, a qual não conseguiu estabelecer com a comunidade local parcerias que disponibilizem espaços físicos para oferta das oficinas do PME.

De acordo com a gestão da escola pesquisada a questão infraestrutura foi uns dos pontos mais discutidos na época de adesão ao programa, em 2008. A direção encontrava-se preocupada devido à falta de espaço para comportar o número de alunos que se elevaria por turno, já que a escola não possui terreno para expandir-se, impossibilitando a construção de novas salas e de uma quadra de esporte para a oferta de várias oficinas do macrocampo

esporte e lazer e a ampliação dos banheiros com instalação de chuveiros destinados ao banho dos alunos de tempo integral.

A escolha das oficinas dos macrocampos oferecidos pelo programa foi realizada através de levantamento das opiniões dos alunos e dos professores, os quais expuseram suas preferências em relação a todas as oficinas propostas pelo programa, levando em consideração a infraestrutura disponível na escola.

Em 2008, o Programa Mais Educação disponibilizou às escolas 43 oficinas, distribuídas em 7 macrocampos de atuação (acompanhamento pedagógico, meio ambiente, esporte e lazer, direitos humanos e cidadania, cultura e artes, cultura digital, saúde, alimentação e prevenção). Diante de tantas possibilidades, a Escola Estadual Alberto Torres se viu obrigada a selecionar apenas 6 oficinas, que correspondem a 4 macrocampos. Letramento/Alfabetização do macrocampo acompanhamento pedagógico; Capoeira, Karatê, e Xadrez tradicional do macrocampo esporte lazer; informática e tecnologia da informação do macrocampo inclusão digital; e Banda fanfarra do macrocampo cultura e artes.

Para implementar as oficinas escolhidas, a escola teve que realizar adaptações, redistribuindo os seus espaços. A biblioteca passou a ser utilizada para realização das oficinas de letramento/alfabetização e xadrez tradicional, que ocorreriam em dias alternados. Duas salas foram desocupadas e equipadas, uma com equipamento de informática destinado à oficina de informática e tecnologia da informação e outra com tatame para ser utilizado na prática das oficinas de karatê e capoeira. A oficina banda fanfarra ocorreria no pátio da escola, sendo que em algumas ocasiões essa atividade seria transferida para a Praça das Flores, localizada em frente à escola.

Apesar do esforço para adaptar a infraestrutura da escola ao PME, alguns pontos não puderam ser resolvidos, como a falta de chuveiros nos banheiros, o que dificulta a execução do banho dos alunos cadastrados no programa, os quais somados totalizam 300 alunos, sendo 150 no turno matutino e 150 no turno vespertino. Outro ponto não solucionado foi o tamanho dos espaços reservados à prática das oficinas, pois são considerados pequenos para comportar o número de alunos participantes. Devido a esse problema, os alunos não poderiam participar das atividades do programa diariamente, tendo que submeterem-se a um rodízio.

Todos esses problemas relacionados à infraestrutura da Escola Estadual Alberto Torres permanecem sem solução desde o período de adesão ao PME, em 2008, até o ano de 2011, sem nenhum acréscimo de novas oficinas, ainda que, em 2011, o Programa Mais Educação tenha aumentado o número de oficinas ofertadas para 59, com a ampliação de três novos macrocampos, como podemos observar no quadro a seguir.

Quadro 1- Relação das Oficinas do Programa Mais Educação em 2011

MACROCAMPUS	OFICINAS
1. Acompanhamento Pedagógico	1. Ciências 2. História e Geografia *3. Letramento/Alfabetização 4. Línguas Estrangeiras 5. Matemática 6. Tecnologias de Apoio à Alfabetização
2. Educação Ambiental	7. Com-Vida / Agenda 21 na Escola - Educação para a Sustentabilidade 8. Horta Escolar e/ou Comunitária
3. Esporte Lazer	9. Atletismo 10. Basquete de Rua 11. Basquetebol 12. Ciclismo (somente para as escolas rurais) 13. Corrida de Orientação *14. Capoeira 15. Futebol 16. Futsal 17. Ginástica Rítmica 18. Handebol 19. Judô *20. Karatê 21. Natação 22. Programa Segundo Tempo 23. Recreação/Lazer 24. Taekwondo 25. Tênis de Campo 26. Tênis de Mesa 27. Voleibol *28. Xadrez Tradicional 29. Xadrez Virtual 30. Yoga
4. Direitos Humanos e Educação	31. Direitos Humanos e Ambiente Escolar
5. Cultura e Artes	*32. Banda Fanfarra 33. Canto Coral 34. Cineclube 35. Danças 36. Desenho 37. Ensino Coletivo de Cordas 38. Escultura 39. Flauta Doce 40. Grafite 41. Hip-Hop 42. Leitura 43. Mosaico 44. Percussão 45. Pintura 46. Práticas Circenses 47. Teatro
6. Cultura Digital	48. Ambiente de Redes Sociais *49. Informática e tecnologia da informação (Proinfo e/ou laboratório de informática) 50. Software educacional/Linux Educacional
7. Promoção da Saúde	51. Promoção da Saúde e Prevenção de Doenças e Agravos
8. Comunicação e uso de Mídia	52. Fotografia 53. Histórias em Quadrinhos 54. Jornal Escolar 55. Rádio Escolar 56. Vídeo
9. Investigação no Campo das Ciências da Natureza	57. Laboratórios, Feiras e Projetos Científicos 58. Robótica Educacional
10. Educação Econômica	59. Educação Econômica

Fonte: Adaptação do Manual (BRASIL, MEC, 2011)

Notas: * Oficinas implementadas na Escola Estadual Alberto Torres

Ao questionar os professores e monitores do programa se as instalações físicas utilizadas para a realização das oficinas do PME são consideradas por eles adequadas, ou seja, boa iluminação e boa acústica; espaços amplos e bem arejados: 37,5% responderam SIM e mais da metade, 62,5%, responderam NÃO. Porém, deve-se ressaltar que, dos que responderam SIM, todos admitiram que seria melhor se houvesse mais espaço nas áreas destinadas às oficinas, permitindo melhor acomodação dos alunos.

Perante o quadro apresentado, pode-se observar que, em termos de infraestrutura, a Escola Estadual Alberto Torres enfrenta grandes dificuldades, as quais impedem a plena execução do Programa Mais Educação na escola. A única saída possível para enfrentar esse obstáculo seria através da realização de parcerias com a comunidade local, que disponibilizaria espaços físicos para práticas das atividades do programa, aproveitando o potencial educativo que a cidade possui, como já foi proposto pelo Governo, mesmo este sendo o responsável legal, visto que, o "Estado tem o dever de garantir padrões mínimos de qualidade de ensino definido como a variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem". (BRASIL, 1999, p. 40).

Para isso, a escola deve estar disposta a se abrir à comunidade, chamando-a a ser corresponsável na construção do desenvolvimento educacional das crianças e dos jovens, realizando eventos que apresentem o potencial que o Programa Mais Educação oferece, incentivando-a a participar.

4.2. Coordenação Pedagógica

De acordo com o Manual de Implementação do Programa Mais Educação de 2011, o papel de coordenador pedagógico do Programa, denominado "Professor Comunitário", só poderá ser assumido por um professor vinculado à escola, com dedicação de no mínimo vinte horas semanais, chegando preferencialmente às quarenta horas semanais. Os custos dessa coordenação referem-se à contrapartida a ser oferecida pela Entidade Executora (Secretarias de Educação Estadual, Municipal ou Distrital).

O Coordenador do Mais Educação – Professor Comunitário – tem como responsabilidade acompanhar a gestão pedagógica e administrativa do Programa,

consolidando, juntamente com a direção, um diálogo pleno com a comunidade local, favorecendo a troca de saberes formais e informais. Além disso, ele tem como papel mapear as oportunidades de parcerias e fortalecer o “território educativo” no qual a escola se situa. (BRASIL, MEC, 2011)

Segundo a direção da Escola Estadual Alberto Torres, a ocupação desse cargo sempre foi alvo de discussões e “dores de cabeça”. Em 2008, ano de adesão ao programa, à escola sofreu uma série de dificuldades para definir quem ocuparia o cargo de “professor comunitário”, muitos dos professores que compõem o quadro da escola mostraram-se rejeitosos em assumir tal responsabilidade, pois alegaram não ter tempo disponível para permanecer os dois turnos na escola e que a remuneração recebida pelo cargo (10 horas a mais) não compensava as horas trabalhadas.

Conforme os Dados do Ministério da Educação (MEC) de 2009, cerca de 40% dos professores da Educação Básica do Brasil atuavam em mais de um turno, sendo quase 33% em dois e os outros 7% em três períodos. As estatísticas ainda divulgaram que 18% dos docentes lecionavam em duas escolas e 3% em três estabelecimentos. Esses trabalhadores assumem essa jornada ampliada de trabalho devido à baixa remuneração que recebem, sendo obrigados a submeterem-se a esse tipo de situação para poderem complementar a sua renda.

Esse quadro é ainda mais preocupante no estado do Rio Grande do Norte, pois segundo a pesquisa sobre os profissionais da educação das redes estaduais do Brasil, realizada pelo Sindicato dos Professores no Estado do Ceará (Apeoc), divulgada em 2011, os professores do RN têm a pior remuneração do país, chegando a uma diferença de R\$ 2.890,16 em relação à média do valor do salário bruto dos professores, do estado de Roraima, o qual possui a mais alta remuneração da federação.

Apesar das dificuldades, o cargo de coordenação do PME foi ocupado em 2008, na Escola Estadual Alberto Torres, por uma professora vinculada à referente unidade de ensino, a qual se aposentou em 2010, deixando a vaga disponível. Com o início do ano letivo de 2011, a direção chamou os professores novamente para tomarem a decisão de quem ocuparia a coordenação do programa, infelizmente nenhum professor mostrou-se interessado. Essa ausência de interesse foi reforçada quando os docentes tomaram ciência dos atrasos do

pagamento por parte da Secretaria da Educação do Estado do Rio Grande do Norte, do acréscimo das 10 horas, destinado ao salário do Coordenador do Mais Educação.

Por falta de argumentos que convencessem os professores a tomarem posse do cargo de “Professor Comunitário”, a direção sentiu-se incapaz de preenchê-lo, sendo obrigada a remanejar essa função aos monitores do programa, os quais relataram incapazes de exercerem tal responsabilidade devido ao acúmulo de suas funções e por não terem recebido nenhuma preparação.

A carência de tal profissional na Escola Estadual Alberto Torres, no ano de 2011, trouxe uma série de complicações no desenvolvimento das atividades do PME, induzindo ao enfraquecimento de suas ações. Sem a presença deste tipo de líder, os monitores sentiram dificuldades de planejar suas atividades e de se articularem com os professores e com o Plano Pedagógico da escola.

Dos professores e monitores entrevistados, 75% declararam que não existiu, no ano de 2011, uma integração entre as atividades desenvolvidas no turno regular com as atividades desenvolvidas no contraturno escolar. O PME não é visto por grande parte da escola como um processo de integração ensino-aprendizagem, sendo que a falta de um coordenador do programa e a não oferta de formação continuada aos atores envolvidos prejudicam ainda mais a concepção dessa integração.

Outro fator observado através da pesquisa é que a Escola Estadual Alberto Torres não possui um bom gerenciamento dos seus processos desenvolvidos. Desde o período da implementação do PME até o ano de 2011, não foi realizado nenhum diagnóstico dos problemas educativos ali existentes, não foram traçadas metas de rendimento e não foram efetuadas de forma contínua avaliações dos resultados do programa, o que impedem de termos uma melhor noção do alcance dessa política pública que procura promover uma educação de qualidade. Vale salientar também que as ações do programa não estão previstas no Projeto Político-Pedagógico da escola, o qual se encontra desatualizado desde 2001.

O conjunto dessas problemáticas gerenciais afeta negativamente a efetivação das propostas postas pelo Programa Mais Educação e, conseqüentemente, a melhoria do desempenho escolar dos alunos, pois 62,5% dos professores e monitores entrevistados

declaram que não sentiram melhoria significativa no rendimento escolar dos alunos após serem inseridos no PME. Esses dados são ainda mais preocupantes quando observamos o IDEB divulgado em 2011 e fazemos um comparativo com os índices dos anos anteriores.

Tabela 2 - IDEB de 2005, 2007 e 2011, dos anos iniciais e finais do ensino fundamental, da Escola Estadual Alberto Torres.

Período de Ensino	IDEB - 2007	IDEB - 2009	IDEB - 2011
Ens. Fundamental - anos iniciais	2,4	3,2	2,8
Ens. Fundamental - anos finais	2,6	2,6	1,6

Fonte: MEC/INEP, 2011.

Na Tabela 2, observa-se que o IDEB de 2011, tanto nos anos iniciais quanto nos anos finais do ensino fundamental, sofreu uma queda em relação ao ano de 2009, estando abaixo das metas projetadas pelo governo, que previam um índice de 3 para os anos iniciais e de 3,1 para os anos finais, indicando uma tendência de queda do indicador. Em relação aos índices dos anos finais a situação é ainda mais crítica, pois em comparação ao período de 2007 a 2009, o IDEB não apresentou nenhum crescimento, e em 2011 o índice sofreu uma queda significativa de 1 ponto, o que apresenta uma diferença de 1,5 em relação a meta projetada para esse período.

Tendo em vista os aspectos analisados, percebe-se a importância da presença de um coordenador pedagógico capacitado para exercer a função de administrar as atividades do PME, integrando-o ao Plano Pedagógico da escola. Desta forma, o Programa exercerá melhor suas ações, vinculando-se aos objetivos da escola, que deve ter um bom gerenciamento dos seus processos, para que juntos possam promover a melhoria no aprendizado dos seus estudantes.

Dado ao exposto, entende-se que a escola deve possuir uma Gestão Escolar de qualidade, definida por Menezes e Santos apud Oliveira (2002, p.1) como a expressão relacionada à atuação que objetiva promover a organização, a mobilização e a articulação de todas as condições materiais e humanas necessárias para garantir o avanço dos processos socioeducacionais dos estabelecimentos de ensino orientados para a promoção efetiva da aprendizagem pelos alunos, através de ações conjuntas, associadas e articuladas, que incentivem a participação do corpo docente e discente, funcionários e de membros da sociedade, nesse processo.

Entretanto, para que esse objetivo seja alcançado necessita-se que ocorra uma reestruturação das escolas que aderem ao Programa Mais Educação, com o apoio das Secretarias de Educação, qualificando os gestores, professores e equipe administrativa, valorizando, sobretudo, a carreira dos professores da rede pública e o cargo de “Professor Comunitário”.

5 CONCLUSÃO

Através da análise dos dados coletados pela presente pesquisa, é possível evidenciar que o Programa Mais Educação não atingiu a efetividade nas realizações de suas ações na Escola Estadual Alberto Torres no ano de 2011, por não promover melhoria real no rendimento escolar dos alunos. Isso se deve, principalmente, a problemas estruturais básicos que juntos dificultaram a implementação do programa.

Uma das problemáticas levantadas trata-se da infraestrutura escolar, a qual é considerada inadequada para a prática das atividades do PME. A escola carece de espaços físicos capazes de comportar o número de alunos inscritos no programa, o que impede uma maior adesão dos estudantes. Outro ponto seria a falta de terreno na escola para construção de uma quadra de esporte, bem como de vestiários, dificultando o desenvolvimento de determinadas atividades do macrocampo esporte lazer e a realização do banho dos alunos do tempo integral.

Esses problemas de infraestrutura impossibilitaram a escola de ofertar um maior número de oficinas dos macrocampos diversificados, que possam atender as propostas de educação integral do programa, o que permitiria aos estudantes terem acesso a uma variedade de atividades socioeducativas, as quais os ajudariam em suas aprendizagens, não restringindo as atividades apenas às oficinas de cultura e esporte, que geralmente não promovem melhorias relevantes no rendimento escolar dos alunos.

Essa situação poderia ser contornada caso fossem realizadas parcerias com a comunidade local, a qual disponibilizaria espaços físicos para o desenvolvimento das oficinas do PME. Infelizmente, esse tipo de parceria não foi constatada na Escola Estadual Alberto Torres devido aos seus problemas de Gestão Escolar. Primeiramente, a escola não possui um Coordenador do Mais Educação, o qual seria o responsável pela efetuação desse tipo de parceria, ao consolidar o diálogo com a comunidade.

Além disso, a falta de coordenação do programa afeta a integração do turno regular com o contraturno, impedindo a articulação das disciplinas entre turnos e o diálogo entre os coordenadores, professores e monitores do programa, que permitiria a construção de um planejamento pautado na troca de experiências e informações sobre os conteúdos e

metodologias trabalhadas, que traria maiores benefícios aos alunos da jornada ampliada, proporcionando a melhoria do rendimento escolar dos mesmos.

Dando sequências aos problemas de Gestão Escolar, observa-se que a escola não apresentou um gerenciamento eficaz dos seus processos, trabalhando de forma autônoma na construção de sua própria base de dados, na formação de diagnósticos, metas de rendimento e de avaliações de resultados, que proporcionariam monitorar o desenvolvimento do Programa Mais Educação na escola, corrigindo as falhas encontradas durante o andamento de suas ações.

Portanto, entende-se como situação ideal para o pleno desenvolvimento das atividades do Programa Mais Educação: a presença de uma infraestrutura adequada para a prática das oficinas ofertadas, a existência de pessoal qualificado e motivado a trabalhar, com o envolvimento da família e comunidade dispostas a participar na formação das crianças e jovens.

Como já foi mencionado, para se alcançar todos esses pontos, a Escola Estadual Alberto Torres deve sofrer certas reestruturações, o que necessitaria do apoio da Secretaria de Educação do Estado, ao valorizar e qualificar os atores envolvidos nesse processo para que eles tenham a capacidade e motivação de planejar e gerenciar de forma articulada as ações do PME e da própria escola.

Para reverter o quadro encontrado por esta pesquisa, a escola deve estar ciente de suas obrigações e da necessidade de desenvolver mecanismos próprios de avaliações, criando um conjunto de dados e informações pertinentes, que apontem de maneira mais ampla e detalhada os problemas e falhas educacionais da escola, ultrapassando o limite de descrição dos resultados estudantis feito pelos indicadores tradicionais do Governo Federal.

Desta forma, a escola terá a oportunidade de planejar coletivamente as possíveis soluções desses problemas detectados, diagnosticando e mudando o curso de ações que sejam consideradas danosas, antes mesmo das divulgações dos indicadores educacionais do Governo, garantindo melhores resultados na construção de uma educação de qualidade.

Esse tipo de mecanismo próprio de avaliação escolar foi abordado nos estudos de Darling-Hammond e Ascher (2006), denominado Sistema de Controle, que seria:

[...] um conjunto de compromissos, políticas e práticas que têm a finalidade de:

1. aumentar a probabilidade de os estudantes serem expostos a boas práticas de ensino em um ambiente que estimula a aprendizagem;
2. reduzir a probabilidade da adoção de práticas prejudiciais; e
3. permitir auto-correções internas no sistema para identificar, diagnosticar e mudar o curso de ações que sejam prejudiciais ou ineficazes. (DARLING-HAMMOND, ASCHER, 2006, p. 10).

Como se pode observar, Darling-Hammond e Ascher (2006) demonstram a grande importância de se desenvolver um Sistema de Controle nas escolas, promovendo uma série de benefícios. Entretanto, elas assumem que o planejamento de um Sistema de Controle genuíno é uma tarefa bastante complexa, principalmente, no momento de definir os indicadores que serão utilizados para informar ao público, aos educadores, e a quem planeja as políticas públicas a respeito das tendências e necessidades educacionais, requerendo o aperfeiçoamento de maiores estudos nesta área.

Levando-se em consideração todos esses aspectos analisados e observados, conclui-se que o Programa Mais Educação é uma iniciativa positiva que tem potencial de oferecer aos alunos de escolas públicas de todo o país uma educação mais completa. No entanto, por ser uma política pública recente, ainda são grandes os desafios a enfrentar para que ela possa atingir seus objetivos de maneira efetiva, necessitando um maior aprofundamento e estudos, que gerem aprendizagens e soluções para confrontar os entraves encontrados na fase de implementação.

6 REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**, de 05 de outubro de 1988.

_____. **Lei nº 8.069**, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13 jul 1990.

_____. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996, Lei das Diretrizes e Bases da Educação. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 dez 1996.

_____. **Decreto nº 6.094**, de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 abr. 2007.

_____. **Portaria Normativa Interministerial nº 17**, de 26 de abril de 2007. Institui o Programa Mais Educação que visa fomentar a educação integral de crianças, adolescentes e jovens, por meio do apoio a atividades sócio-educativas no contraturno escolar. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 abr. 2007.

_____. MEC. **Programa Mais Educação: passo a passo**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2009.

_____. MEC. **Programa Mais Educação: gestão intersetorial no território**. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2009a.

_____. MEC. **Educação integral: texto referência para o debate nacional**. - Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2009b.

_____. MEC. **Rede de Saberes Mais Educação: Pressupostos para Projetos Pedagógicos de Educação Integral**. - Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2009c.

_____. MEC. **Manual da Educação Integral em Jornada Ampliada para Obtenção de Apoio Financeiro por Meio do Programa Dinheiro Direto na Escola – PDE**. - Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2011.

DARLING-HAMMOND, L.; ASCHER, C. **Construindo sistemas de controle em escolas urbanas**. Estudos em Avaliação Educacional, v. 17, n. 35, set./dez. 2006.

FERNANDES, R. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)**. Brasília: MEC/Inep, 2007.

FERREIRA, Luiz Antonio Miguel. **Evasão Escolar**. Disponível em: <http://www.abmp.org.br/textos/159.htm>. Acesso em 21/11/2012.

GALBRAITH, John Kenneth. **O desenvolvimento econômico em perspectiva**. Rio de Janeiro: Ed. Fundo de Cultura, 1962.

GODOY, C. M. **Programa Mais Educação: Mais do Mesmo? Um Estudo Sobre Efetividade do Programa na Rede Municipal de São Luiz- MA**. Dissertação de Mestrado: UCB, Brasília, DF, 2012.

KERSTENEETZKY, Célia Lessa. **Escola em tempo integral já: quando quantidade é qualidade**. In: Ciência hoje. v. 39, n. 231, out. 2006.

OLIVEIRA, Luciana Paula de. **Conceito de Gestão Escolar**. 2008. Disponível em <<http://www.administradores.com.br/informe-se/artigos/gestao-escolar/39700/>>. Acesso em: 20 nov. 2012.

PINHEIRO, Fernanda Picanço. **Programa Mais Educação: Uma Concepção de Educação Integral**. Dissertação de Mestrado: UFRJ, Rio de Janeiro, 2009.

RUA, Maria Das Graças. **Análise de Políticas Públicas: conceitos básicos**. Manuscrito, elaborado para O Programa de Apoio para a Gestão Social no Brasil. Banco Interamericano de Desenvolvimento: INDES, 1997.

SABOYA, M. G. **Programa Mais Educação – Uma Proposta de Educação Integral e Suas Orientações Curriculares**. Dissertação de Mestrado: UNIRIO, Rio de Janeiro, 2012.